

DOCÊNCIA EM GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO POLÍTICA

GEOGRAPHY AND POLITICAL EDUCATION TEACHING

DOCENCIA EN GEOGRAFÍA Y EDUCACIÓN POLÍTICA

Fernando de Araújo Ajala¹
Vera Cristina Scheller dos Santos Rocha²

Resumo

O presente artigo tem como tema a docência em Geografia e a educação política; seu objetivo geral é discorrer sobre o ensino da educação política, por parte dos professores de Geografia, a partir das abordagens ao tema constantes nos trabalhos do 14º Enpeg. Trata-se de um estudo qualitativo, feito por meio de pesquisa bibliográfica, onde foram analisadas três obras do 14º Enpeg, realizado em 2019. O evento foi selecionado pela sua relevância na pesquisa em docência em Geografia. Também foram considerados conceitos sobre a temática extraídos de livros e artigos científicos, que foram utilizados na constituição do referencial teórico. Os resultados da pesquisa apontam para uma carência na abordagem do tema, seja pelo reduzido número de trabalhos que tratam de docência em Geografia e a educação política, seja pela natureza das atividades docentes identificadas que, quando realizadas, ainda se apresentam de forma superficial, principalmente no que diz respeito às abordagens dos modelos econômicos e estruturas sociais. Entende-se que é necessária a ampliação da abordagem da educação política nas escolas, bem como seu aprofundamento. Também é possível notar que o tema tem relação com os conteúdos, competências e demais premissas do ensino de Geografia, além de estar consoante aos objetivos legais da educação brasileira.

Palavras-chave: educação política; política; docência em Geografia.

Abstract

This paper analyzes Geography teaching and political education; its main goal is to discuss political education, through Geography teachers, from the approaches present in the works of the 14th Enpeg. It is a qualitative study, carried out through bibliographic research, with the analysis of three works of the 14th Enpeg, in 2019. The event was selected due to its relevance regarding Geography teaching. Concepts on the subject extracted from books and scientific articles were also considered, which were used to compose the theoretical framework. The results indicate a lack in approaching the theme, either due to the small number of works dealing with Geography teaching and political education or due to the nature of the identified teaching activities that, when performed, still present themselves superficially, especially regarding economic models and social structures approaches. Hence, it is necessary to expand the political education approach in schools, as well as to deepen it. It is also possible to note that the theme is related to the contents, skills, and other premises of Geography teaching, in addition to being in accordance with the legal objectives of Brazilian education.

Keywords: political education; politics; Geography teaching.

Resumen

Este artículo tiene como tema la docencia en Geografía y la educación política; su objetivo general es discorrir sobre la enseñanza de la educación política, por parte de profesores de Geografía, a partir de las posturas asumidas en los trabajos del 14º Enpeg acerca del tema. Se trata de un estudio cualitativo, hecho por medio de investigación bibliográfica, en donde se analizaron tres obras del 14º Enpeg, realizado en 2019. El evento fue seleccionado por su relevancia en la investigación en docencia de la Geografía. También fueron considerados conceptos sobre el tema extraídos de libros y artículos científicos, que fueron utilizados en la construcción del marco teórico. Los

¹ Licenciando em Geografia no Centro Universitário Internacional — Uninter.

² Professora no Centro Universitário Internacional — Uninter.

resultados de la investigación indican carencias en el tratamiento del tema, ya sea por el reducido número de trabajos sobre la docencia en Geografía y la educación política, ya sea por la naturaleza de las actividades docentes identificadas que, aunque realizadas, se presentan de forma superficial, principalmente en lo que concierne al tratamiento de los modelos económicos y estructuras sociales. Se entiende que es necesario ampliar el espectro de la educación política en las escuelas, así como su profundización. También es posible notar que el tema tiene relación con los contenidos, competencias y demás premisas de la enseñanza de la Geografía, además de estar en concordancia con los objetivos legales de la educación brasileña.

Palabras-clave: educación política; política; docencia en Geografía.

1 Introdução

A escolha do tema deu-se a partir de percepções afloradas nas eleições de 2018, quando foi possível identificar, não só uma polarização em relação à escolha de candidato à presidência, mas também, uma falta de conhecimento político em geral. Considerando que os estudos sobre ensino da Geografia não estão desvinculados do contexto histórico e social no qual estão inseridos (CAVALCANTI, 2016), entende-se como pertinente e atual o tema.

Além disso, buscas preliminares apontam que há escassez de pesquisas na área, confirmando a percepção de Dantas e Caruso (2011, p. 22) que afirmam que “Pouco se faz sobre educação política, letramento político ou instrução para a cidadania no Brasil”. Entende-se que esse seria um cenário previsível, visto que é a partir da década de 1980 que o ensino da Geografia no Brasil passa a abarcar questões sociais e a exercer um papel mais crítico (CAVALCANTI, 2016), já que até então estava submetido aos princípios da Ditadura Militar, como apontam Dantas e Caruso (2011).

O estudo ora proposto, portanto, amplia a discussão sobre o ensino da Geografia sob a égide social, consolidando uma tendência que vem sendo construída desde a década de 1980. Dessa forma, definiu-se o problema de pesquisa, expresso no seguinte questionamento: *como se encontra o tema da educação política nas práticas docentes abordadas nos trabalhos do 14º Enpeg?* Como objetivo geral, tem-se o de discorrer sobre o ensino da educação política, por parte dos professores de Geografia, a partir das abordagens ao tema constantes nos trabalhos do 14º Enpeg. Os objetivos específicos da pesquisa foram a) identificar a incidência do tema nos trabalhos do 14º Enpeg; e b) identificar como é abordado o tema de educação política nos trabalhos do 14º Enpeg.

O artigo está organizado em 4 itens, incluindo esta introdução (item 1). A seguir, apresentam-se as considerações metodológicas (item 2), explicando a forma como foi conduzida a investigação. No item 3, a seguir, intitulado Revisão Bibliográfica, formulam-se as considerações teóricas que fundamentam a pesquisa, bem como a análise dos trabalhos selecionados para a investigação. Para melhor compreensão do tema, o item 3 é organizado em

subitens. O quarto e último item é o de considerações finais, que aborda o atingimento dos objetivos propostos e traz as reflexões oriundas da pesquisa.

2 Metodologia

O trabalho apresenta uma pesquisa de natureza qualitativa que, conforme Gil (2002), se trata de uma investigação conceitual, não restrita a resultados quantitativos e que aceita certo grau de subjetividade. Por ser uma pesquisa que visa a compreensão de um fenômeno e as formas como esse se apresenta, entende-se que se trata de uma investigação descritiva exploratória (GIL, 2002).

A técnica de pesquisa a ser utilizada é a de pesquisa bibliográfica, que compreende a leitura de livros e artigos científicos sobre o tema, compreendidos em determinada delimitação. A escolha por essas fontes dá-se pela necessidade de o assunto ser abordado e interpretado por pesquisadores da área, evitando compreensões desprovidas de estrutura metodológica, conforme apontam Andrade e Schmidt (2015). O arcabouço da pesquisa proposta é composto pelos trabalhos apresentados no 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia (Enpeg), evento escolhido por sua relevância na pesquisa sobre ensino de Geografia no Brasil, conforme Cavalcanti (2016). Já a escolha pela 14ª edição, dá-se por ser a mais recente do Encontro.

O ENPEG é um evento itinerante, bianual, realizado pelo Ateliê de Pesquisas e Práticas em Ensino de Geografia (APEGEO), desde 1985. Apresenta-se como um evento acadêmico de referência para professores e pesquisadores da área de ensino de Geografia. A última edição deste evento foi realizada em 2019, ocasião em que teve como sede a Universidade Estadual de Campinas. Entre os participantes do evento (652 no total), 254 eram professores de Geografia (184 da Educação Básica e 70 da Educação Superior). A edição contou com submissão de 565 trabalhos, com 485 aprovados e, desses, 367 apresentados no evento na forma de comunicação oral ou pôster.

Conforme é possível apreender da pesquisa de Cavalcanti (2016), o estudo sobre o ensino de Geografia está relacionado a mais de um eixo temático. Em seu estudo, a autora identifica oito eixos, a saber: história do ensino da Geografia; formação de conceitos; metodologia; formação, saberes e práticas docentes; ensino de Geografia em contextos diferenciados; livro didático; currículo e políticas públicas; e cartografia.

É de se esperar, portanto, devido a essa diversidade de abordagens, que entre os trabalhos apresentados no 14º ENPEG, tenha-se os mais diversos temas e assuntos relacionados

ao ensino de Geografia. No entanto, os que de alguma forma fazem referência à educação política, têm pequena representação frente ao todo: dos 367, identificaram-se apenas três cujas temáticas se relacionam à educação política e à prática docente em Geografia. O quadro 1, a seguir, relaciona os trabalhos identificados.

Quadro 1: trabalhos do 14º ENPEG relacionados para análise

Título	Autor(es)
[Des]Construir para o pensar político na geografia: diálogos no programa de residência pedagógica da UFFS	MESQUITA, Lucas P. TACCA, Luísa R.
Geografia e movimentos sociais: uma análise da proposta curricular do estado de São Paulo e da nova Base Nacional Comum Curricular	QUEIROZ, William Fernando Camilo
Juventudes e protagonismo: possibilidades e desafios para a participação política de estudantes do ensino médio de Presidente Prudente–SP, na escola e na cidade	CARNEVALI, Victor Ananias Nascimento AMORIM, Arnaldo dos Santos

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos anais do 14º ENPEG.

Para análise dos trabalhos, foi considerada determinada fundamentação teórica, apresentada no item 3, a seguir. A análise dos trabalhos selecionados e constantes no quadro 1, é apresentada no item 3.3.

3 Revisão bibliográfica

Neste item são apresentados fundamentos e conceitos necessários para a compreensão do tema. Destacam-se, entre esses fundamentos, os conceitos de política e educação política e a sua importância para a sociedade.

3.1 Educação política: principais conceitos

Conforme Dallari (2017, p. 7), a política é “a organização social que procura atender à necessidade natural de convivência dos seres humanos”; também pode ser entendida como “toda ação humana que produz algum efeito sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade”. Em sua etimologia, política deriva do termo grego pólis (politikós), “que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 954).

Contudo, conforme reconhecem os próprios autores, o termo política se expandiu graças à obra de Aristóteles, intitulada *Política*, que aborda as funções do Estado, como se dá a sua

divisão e suas formas de governo (seja esse com papel reflexivo ou normativo). Assim, entende-se que política tem a ver com os meios pelos quais uma sociedade torna possível a convivência entre seus membros e com os modos de satisfazer os interesses coletivos, a partir de normativas e princípios aos quais todos estão sujeitos.

Já a educação política trata-se da ação de educar as pessoas para o exercício pleno e ativo de sua cidadania, com ciência de seus direitos e deveres e participante das transformações que afetam a sociedade na qual se inserem (MEDEIROS, 2015).

Conforme o autor, cada pessoa pode ser um agente de transformação social, baseado em uma *práxis* pedagógica e filosófica que suscite reflexões que se traduzam em ações de transformação do meio. Medeiros (2015) destaca que o exercício da cidadania se consolida, também, pela participação política — ou seja, quando a pessoa, enquanto cidadão, participa efetivamente das decisões coletivas que a afetam. Nesse sentido, o sujeito deixa o papel passivo e passa para um papel ativo nas decisões da sociedade à qual pertence.

Forlini e Fernandes (2016) destacam que a educação política pode vir sob outras denominações, como, por exemplo, educação para a cidadania; educação para os direitos humanos; e educação para a democracia. Para as autoras, isso se explica pelo fato da amplitude do tema, que permite a identificação e construção de diversas abordagens.

Seguindo o entendimento de Forlini e Fernandes (2016), pode-se identificar, na legislação educacional brasileira, fundamentos para se incentivar a prática da educação política no Brasil, visto o pressuposto da formação cidadã que se encontra nos princípios legais: conforme Souza *et al.* (2017), a educação dos indivíduos à cidadania visa atender a Constituição Federal (artigo 205) e a Lei nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que preveem:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Para Souza *et al.* (2017), a educação para o exercício da cidadania se faz pela necessidade de inserir o sujeito, que nasce desconhecedor das leis, seus direitos e deveres, à sociedade da qual faz parte. Para o atendimento a esse pressuposto, “a oferta da educação política na escola pode oportunizar o conhecimento, a troca de experiências e a reflexão crítica

sobre as características e o modo de funcionamento das instituições e do sistema político” (SOUZA *et al.*, 2017, p. 1).

Logo, a promoção da educação política, considerando esse o meio para a constituição de uma consciência cidadã dos educandos, apoia-se na legislação educacional brasileira, na busca por um país mais justo e inclusivo.

Para Almeida (2016, p. 17), além da orientação legal, caracterizam-se como atividades de educação política:

[...] ações de caráter didático-pedagógico, desenvolvidas para os mais diversos públicos, mormente o de jovens, que visa a transmissão do conhecimento e da informação para o estabelecimento do debate sobre questões de ordem teórica sobre política, valores democráticos, ética, cidadania, bem como a abordagem de assuntos relacionados à história política e ao funcionamento das instituições e sua relação com a representação e a participação políticas (ALMEIDA, 2016, p. 17).

Forlini e Fernandes (2016) enxergam a educação política como uma necessidade imperativa para países democráticos, pois somente a partir desse processo é que os cidadãos podem se envolver de maneira inteligente na política. As autoras citam que há vários estudos no Brasil que demonstram essa necessidade, como os resultados de pesquisas de opinião e pesquisas eleitorais — que indicam o desconhecimento do sistema político ou, até mesmo, a aversão ao assunto —; além de estudos acadêmicos que buscam identificar os níveis de participação política da população que frequentemente indicam baixo engajamento. As autoras veem como primordial que a educação política esteja estabelecida no ambiente escolar formal:

Seja inserida em meio às aulas de Sociologia, Filosofia, Geografia ou História (ou mesmo em uma disciplina a ser criada), seja em cursos livres promovidos pela instituição, seja em projetos maiores envolvendo toda a comunidade escolar com planejamento de longo prazo, seja através de parcerias com órgãos públicos, ONGs, instituições privadas ou movimentos e coletivos sociais, o fato constatado é que é necessária a educação política dentro das escolas (FORLINI; FERNANDES, 2016, p. 39).

A educação política, portanto, mostra-se como tema de especial importância na formação para a cidadania e para o atendimento dos princípios educacionais brasileiros. Os trabalhos do 14º ENPEG, cuja análise apresenta-se no item 3.3, indicam que, mesmo que considerada como tema transversal, a educação política tem afinidades com o ensino de Geografia, possuindo uma gama de possibilidades práticas docentes nessa ciência. Considerando esses aspectos, é que se apresentam algumas considerações importantes para a ampliação dessa discussão, conforme item a seguir.

3.2 Educação escolar e as relações de poder

Faz-se necessário observar que há distinção entre educação e escolarização. Conforme aborda Gonçalves (2012), a educação se dá em qualquer ambiente social onde haja compartilhamento de vivências, constituindo um processo de repasse e perpetuação de costumes, valores e conhecimentos. Já a escolarização trata-se da educação escolar, o processo de repasse de conhecimento mediado pela instituição da escola. Essa distinção é importante pois é a educação escolar que sofre a influência direta do Estado, pois se encontra sob seus desígnios. Neste trabalho, nas referências à educação, trata-se da educação escolar.

Gonçalves (2012, p. 40) destaca que, “por seu papel na sociedade, a educação e a escolarização nunca são neutras nem apolíticas, pois envolvem determinada intencionalidade”. É possível perceber que a educação não é neutra ao se considerar os aspectos históricos da educação no Brasil. Conforme resgata Gonçalves (2012), em seus primórdios, por meio das ações dos padres da Companhia de Jesus (jesuítas), a educação no Brasil tinha papel catequizador, em especial sobre os povos indígenas. Naquele então, o objetivo da instrução era o de “treinar as pessoas a agir de acordo com plano divino” (PAIVA, 2020 apud GONÇALVES, 2012, p. 64).

Mais tarde, a partir da reforma realizada por Marquês de Pombal, em 1759, que implicou a expulsão da Companhia de Jesus, o objetivo da educação no Brasil passou a ser a de preparar súditos que reconhecessem e seguissem as leis e os costumes do Estado, e intencionava uma modernização da educação que contribuísse para aproximar o Brasil a outras nações, consideradas mais avançadas à época (GONÇALVES, 2012).

Já no início do século XIX, com a chegada da família real e da corte portuguesa ao Brasil, ocorreram as primeiras iniciativas de educação superior no país, contudo restritas à capital e com o objetivo de formar pessoas que atuassem na administração do Reino (GONÇALVES, 2012).

Seguindo a dinâmica de os objetivos da escolarização estarem alinhados com os interesses do Estado, o período da República, em 1889, foi marcado pelos princípios da educação focados na civilização, moralidade e modernidade da população do país (GONÇALVES, 2012).

No século XX, a escola do período Getulista (1930 a 1945) permanecia como uma instituição civilizatória, com ideias higienistas e cívicas, que só perderam força devido à Segunda Guerra Mundial, ocasião que suscitou o questionamento dos ideais nacionalistas que carregavam consigo preconceitos raciais. Nesse período, também houve ênfase à instrução

técnica, muito em razão das necessidades oriundas do desenvolvimento da industrialização (GONÇALVES, 2012).

Já durante o período democrático (1946 a 1964), após a nova Constituição e 13 anos de discussão, foi aprovada, em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN), que estabeleceu a educação nacional como “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, contudo, o País logo sofreria novas mudanças no cenário educacional, a partir do Golpe Militar de 1964. Nesse período, também, houve a aprovação da primeira edição do Plano Nacional de Educação, marcando o início do acompanhamento da educação por meio de indicadores quantitativos, o que perdura até os dias atuais (GONÇALVES, 2012).

O período do Regime Militar (1964 a 1985) marca novamente mudanças nos objetivos da escolarização, resgatando o cunho cívico da educação por meio da obrigatoriedade de disciplinas com esse fim, além do esvaziamento das disciplinas da área de humanas, em especial Geografia e História (GONÇALVES, 2012).

Já no período do final do século XX e início do século XXI, os objetivos e intenções relativos à educação no Brasil fundamentam-se na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e, mais recentemente, na Base Nacional Comum Curricular (GONÇALVES, 2012). É nesses documentos que se encontram os preceitos de uma educação voltada à cidadania.

Esse breve resgate histórico evidencia que a educação é impactada conforme a época, de acordo com os interesses do Estado e, por consequência, de quem detém o poder. Também evidencia quão recente é o olhar para uma educação voltada à cidadania e contribui para a compreensão do porquê o tema da educação política ainda é raro.

É por isso que, para entender a educação política, segundo Freire (2001), é preciso entender que a dinâmica educacional está diretamente relacionada aos espaços de poder, que se constroem na historicidade das sociedades modernas. Estes espaços dominados e controlados por agentes da estirpe que detém este poder desde sempre, mantém os seus incautos sob rédeas curtas para assim se perpetuar no espaço mandatário que é de “direito”, como os próprios pensam.

Assim como a falsa ideia de liberdade e democracia implantada nas mentes das “gentes” que, por falta de acabamento intelectual, por muitas vezes aceita a migalha oferecida ao longo do tempo, e se contenta. Essa ideia falsa de democracia favorece os poderosos e é alvo da crítica do autor: “Que estranha maneira é essa de fazer História, de ensinar Democracia, espancando os diferentes para, em nome da Democracia, continuar gozando da liberdade de espancar!” (FREIRE, 2001, p. 19).

Dessa forma, a educação é política quando mostra que a realidade histórica de desigualdades não pode ser entendida de forma dicotômica, mas sim, compreendida e realizada de forma contraditória, para que possamos vislumbrar o mundo do outro no sentido de diminuir as distâncias criadas, conforme Freire (2001).

Para o autor, é papel do educador, e da educação, auxiliar nessa demanda, pois o ser humano é — e sempre foi —, necessitado de conhecimento: “A importância do papel interferente da subjetividade na História coloca, de modo especial, a importância do papel da educação” (FREIRE, 2001, p. 9). A partir de uma educação que permita o desenvolvimento da autonomia da pessoa, principalmente sua autonomia de pensar, desenvolvem-se cidadãos mais conscientes e menos reféns dos ditos da classe dominante, e, para Freire (2001), a escola é o ambiente onde se pode promover uma educação voltada para a cidadania.

Esta perspectiva, que relaciona educação e relações de poder, também pode ser identificada nos trabalhos analisados para esse estudo, o que reforça a afinidade do tema à docência em Geografia, como pode ser verificado no subitem 3.3, a seguir.

3.3 Educação política e docência em Geografia — análise dos trabalhos selecionados do 14º ENPEG

Mesquita e Tacca (2019) utilizam o projeto de residência pedagógica (PRP), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como exemplo do pensar política na educação. Aprovado em 2018, depois de um momento turbulento da política nacional em mais um processo de impeachment, o PRP é mais uma das ações da política nacional de formação de professores que insere o licenciando, já no segundo ano de graduação, em sala de aula, sempre com a supervisão de um profissional da mesma área, da escola. Neste projeto é intencionado o aprimoramento na formação continuada do professor, salientando o processo reflexivo que, no início da formação profissional, constrói e reconstrói saberes iniciais em confronto com a experiência pedagógica.

Os autores reforçam a necessidade de relacionar a prática e a teoria como forma de aprendizado geográfico e citam trecho da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018, p. 366), destacando que, entre as competências específicas da Geografia, está a do desenvolvimento da autonomia e do senso crítico “para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço envolvendo os princípios da analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem”. A autonomia dos educandos — e a relação dessa competência com o papel de cidadão — é uma das características frequentemente presentes na obra freireana. Para Freire (2001), a autonomia é

um dos elementos que caracterizam o que o autor chama de “ser mais”, que se trata da inclinação humana para seu desenvolvimento. Para Freire:

Esta vocação para o **ser mais** que não se realiza na inexistência de ter, na indigência, demanda liberdade, possibilidade de decisão, de escolha, de autonomia. Para que os seres humanos se movam no tempo e no espaço no cumprimento de sua vocação [...] é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias. A vocação para o **ser mais**, enquanto expressão da natureza humana fazendo-se na História, precisa de condições concretas sem as quais a vocação se distorce (FREIRE, 2001, p. 8, grifos do autor).

A autonomia citada pelos autores é, portanto, a autonomia do pensar. Pode-se dizer que se trata de uma premissa para o entendimento das relações sociais e, conseqüentemente, para o reconhecimento do papel ativo do cidadão. A formação do cidadão consciente e crítico do seu papel ativo na sociedade, é a intenção da educação política. Isso corrobora para a necessidade de uma prática pedagógica voltada para a construção de um sujeito transformador da realidade. A Geografia pode e deve ajudar nesse aspecto de construção e emancipação do sujeito político, por se tratar da ciência do espaço geográfico. Os autores exemplificam, em sala de aula, como as forças de poder estão imbricadas no dia a dia de uma cidade pequena e como se relacionam com fatos históricos e geopolíticos, da escala global para o local. Para os autores, essa prática só é possível pelo aspecto propositivo, crítico e político da Geografia.

Já Queiroz (2019), na intenção de discutir sobre “o quê” ensinar de Geografia na escola, e suas implicações, produz uma pesquisa comparativa entre a BNCC e o currículo do estado de São Paulo, sobre os Movimentos Sociais e como eles são abordados na disciplina de Geografia. Movimentos estes que são de grande importância histórica, dadas as necessidades de busca por igualdades sociais e melhores condições de vida em um país marcado por diversos tipos de injustiças e violências, como o Brasil. Em meio à ditadura das décadas de 70 e 80, e mudança, na própria Geografia, de um rompimento com um modelo tradicional para um viés mais crítico, este assunto se torna pauta na disciplina geográfica, baseada nos conceitos da própria ciência que estuda o espaço e suas modificações. Nesse sentido, o autor cita Milton Santos para destacar a necessidade desse rompimento, visto que “Podemos observar que a preocupação inicial da Geografia tem sido mais em descrever o espaço do que conceituá-lo” (SANTOS, 1978 apud QUEIROZ, 2019, p. 408).

Para a BNCC, o assunto é tratado de forma interdisciplinar, contrastando com o currículo do estado de São Paulo, que tem o seu próprio currículo desde 2008, a partir do programa "São Paulo faz escola" e é tido como engajado com as premissas críticas, necessárias

e atuais. Mas o autor, em sua pesquisa, confere que isso não se revela verdadeiro, pois o tema não é colocado na grade curricular, o que tira a autonomia dos professores, que já sofrem com as péssimas condições de trabalho. Há de se manter e incentivar a revisão do que ensinar para não nos submetermos ao ciclo de antigas práticas e dogmas. A abordagem de temas contemporâneos é crucial para suscitar o espírito crítico e questionador dos estudantes, com o objetivo de se desenvolver cidadãos mais esclarecidos, com espaço de vivência e aptos ao processo político e decisório que cada um tem para com a sociedade. A compreensão, por parte dos educandos, de como se dá a dinâmica social refletida nas tensões entre as classes, também é uma expressão da educação política, por isso estão presentes nas obras analisadas, e devem estar no olhar do docente de Geografia.

Em seu estudo, Carnevali e Amorim falam sobre o Espaço Escolar, instituído por professores, coordenadores, funcionários e alunos, e o que o ensino da Geografia pode agregar e tornar mais interessante o aprendizado na vida desses sujeitos enquanto participantes do mesmo espaço, visto que este “espaço”, caracterizado por desigualdades, hierarquias e preconceitos, também se mostra como tema central do ensino da Geografia. Dessa forma, busca-se entender e dialogar com estes alunos que vivenciam a cidade e muitas vezes são inferiorizados por causa das suas realidades sociais, econômicas e culturais, inclusive dentro das escolas. Para fazer o estudo, o autor usou como base uma escola do município de Presidente Prudente, São Paulo. Utilizaram três metodologias para o trabalho: observação participante, questionários e entrevistas.

Os autores, em um primeiro momento, evidenciam práticas excludentes que fogem das premissas atuais da necessidade de inclusão dos alunos, como a da divisão dos estudantes por nota: os alunos com boas notas ficam em salas diferentes de outros com notas ruins, e esta diferenciação pode ser mais divisível ainda. Longe de definir metodologias e regras para o ambiente escolar, mas com intuito de somar ao presente trabalho, é papel da escola auxiliar na construção do sujeito transformador e crítico da sua realidade e da realidade social, para que este faça boas escolhas e seja incluído em uma sociedade já tão excludente.

Os pesquisadores em seus questionários verificaram também um aumento nas demonstrações de homofobia; discriminação, machismo e preconceitos sobre as meninas e pessoas transexuais da escola; eles atribuem esse dado ao momento político vivido à época, onde o candidato vitorioso à presidência da República utilizava discursos de ódio, dando assim autonomia para os meninos desta escola utilizarem os mesmos argumentos. Assim também ocorreu com as diferenças étnicas entre alunos, já que a maioria deles é constituída por brancos.

Sob a ótica da Geografia como disciplina escolar, em entrevista com alunos, os autores obtiveram resultados nada satisfatórios para a Geografia em si.

A maioria significativa dos alunos entrevistados disseram que a disciplina era sobre ler “mapas” e “localização”, citando mais assuntos da Geografia física, e que esta se faz mais presente nos currículos, muito próxima daquela tradicional de décadas passadas. Os autores discorrem sobre a disciplina ter ficado “chata” e que “os jovens não veem a ciência geográfica como tema importante na sua formação ética e dizem que a mesma é apenas uma decoreba rápida e sem sentido algum” (CARNEVALI; AMORIM, 2019, p. 753).

Entre tantas questões pertinentes e sobre assuntos transversais abarcados pelos autores, não é intuito do presente trabalho relacioná-los para fins quantitativos, mas pode-se afirmar que há necessidade de mudanças na forma de trabalhar a Geografia escolar, como se viu nessa pesquisa, principalmente nos currículos, de forma a engendrar de forma factível assuntos relevantes também ao aspecto político cidadão, social e socializante.

4 Considerações finais

A presente pesquisa teve como objetivo discorrer sobre o ensino da educação política, por parte dos professores de Geografia, a partir das abordagens ao tema constantes nos trabalhos do 14º Enpeg. Dessa forma, subsidiados pela leitura das publicações selecionadas e pela revisão bibliográfica, pode-se dizer que o ensino da educação política, por parte dos professores de Geografia é escasso no sentido curricular, mesmo a questão política sendo intrínseca à Geografia — a ciência que estuda o espaço. Já em relação ao objetivo específico de identificar a incidência do tema nos trabalhos do 14º Enpeg, identificou-se que essa incidência é baixa, mesmo considerando a diversidade de temas possíveis no ensino de Geografia. Acredita-se, pela importância do tema, que poderia ser mais explorado, mesmo que de forma transversal. Quanto ao objetivo específico de identificar como é abordado o tema de educação política nas apresentações do 14º Enpeg, verificou-se nos trabalhos analisados, que os mesmos não exibiram a “política” como tema central, mas, sim, exemplos de como chegar a essas reflexões, de como pensar o local de vivência, e que nele residem outras vidas que, em conjunto, formam uma sociedade. Nos trabalhos analisados há em comum a busca pelo desenvolvimento do senso crítico dos alunos como meio para a compreensão do cenário social brasileiro, em especial no que diz respeito às desigualdades e relações de poder.

Logo, entende-se como necessária a inclusão da educação política na grade curricular, não somente como tema transversal, mas como temática do ensino de Geografia, necessária ao

desenvolvimento dos educandos para o atingimento das premissas da educação para a cidadania prevista nos anais legais. A educação política é necessária não somente para suscitar uma reflexão momentânea dos alunos, mas para fazer parte do dia a dia, da rotina, do cotidiano dos estudantes, em ações que reflitam em uma sociedade mais justa e equânime.

Debater política não é raro em nosso país, mas a profundidade desses debates deve ser questionada. É na escola que se têm os primeiros ensinamentos técnicos de política, assim, dever-se-ia iniciar este assunto mais cedo na vida do educando. Desde o fim da ditadura militar na década de 1980, e com novos parâmetros curriculares de ensino, vem se ajustando currículos para dar foco a essa necessidade, mas parece que as autoridades utilizam mais discursos do que práticas. É dever e direito do cidadão zelar por uma sociedade mais justa e equilibrada, mas como ele fará isso se não tem o devido conhecimento sobre ética, moral e cidadania?

Portanto, em relação à educação política, mostra-se necessária uma mudança de abordagem, que supere as dificuldades históricas em relação a esse tema e o inclua nas práticas pedagógicas dos docentes de Geografia.

Referências

ALMEIDA, Rodrigo Estramanho de Almeida. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: algumas reflexões e propostas. *In*: DANTAS, Humberto (org.). **Educação política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. (Cadernos Adenauer XVII, n. 1).

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C. Varriale *et al.* 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 set. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 16 set. 2022.

CARNEVALI, Victor Ananias Nascimento; AMORIM, Arnaldo dos Santos. Juventudes e protagonismo: possibilidades e desafios para a participação política de estudantes do Ensino Médio de Presidente Prudente-SP, na escola e na cidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE

PRÁTICAS DE ENSINO EM GEOGRAFIA (ENPEG) — políticas, linguagens e trajetórias, 14., 2019, Campinas. **Anais [...]** Campinas: ENPEG, 2019. p. 743-757.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Para onde estão indo as investigações sobre ensino de Geografia no Brasil? **Boletim Goiano de Geografia (on-line)**, Goiânia, v. 36, n. 3, p. 399-419, set./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/44546/22014>. Acesso em: 16 set. 2022.

DALLARI, Dalmo Abreu de. **O que é participação política?** São Paulo: Brasiliense, 2017.

DANTAS, Humberto; CARUSO, Vinícius. Politização nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda. **E-legis**, Brasília, n. 7, p. 22-33, 2.º sem. 2011. Disponível em: <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/82/74>. Acesso em: 16 set. 2022.

FORLINI, Danilo Basile; FERNANDES, Maria José da Silva. A percepção dos estudantes como um meio para pensar a formação cidadã no ensino médio e caminhos para a educação política em âmbito escolar *In*: DANTAS, Humberto (org.). **Educação política no Brasil: reflexões, iniciativas e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016. (Cadernos Adenauer XVII, n. 1).

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **Constituição Histórica da Educação no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MEDEIROS, Alexsandro. Educação e Política. **Sabedoria Política**, Parintins – AM, 2015. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/educa%c3%a7%c3%a3o%20e%20politica/>. Acesso em: 16 set. 2022.

MESQUITA, Lucas Ponte; TACCA, Luisa R. [Des]construir para o pensar político na Geografia: diálogos no programa de residência pedagógica da UFFS. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO EM GEOGRAFIA (ENPEG) — políticas, linguagens e trajetórias, 14., 2019, Campinas. **Anais [...]** Campinas: ENPEG, 2019. p. 393-404.

QUEIROZ, William Fernando Camilo. Geografia e movimentos sociais: uma análise da proposta curricular do estado de São Paulo e da nova Base Nacional Comum Curricular. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO EM GEOGRAFIA (ENPEG) — políticas, linguagens e trajetórias, 14., 2019, Campinas. **Anais [...]** Campinas: ENPEG, 2019. p. 393-404.

SOUZA, Adriana Cláudia Teixeira de *et al.* **Educação política nas escolas**. Parlamento Jovem de Minas. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2017. (Educação Política: conhecer e participar).